

A supervisão é um dos três pilares do denominado tripé freudiano, ao se referir à importância da transmissão da psicanálise. Apesar de ser uma verdade que a ênfase está na análise pessoal, também é verdade que a supervisão ou análise-controle –segundo Guntrip (1996)–

no ofício analítico ou nos seminários teóricos deram o suporte necessário para exercer e para transmitir a psicanálise, tanto em sua fundamentação teórica como na clínica.

Existem diferentes pontos de vista que abordam os diversos modos de supervisionar, que podem depender da orientação teórica bem como da época ou da instituição à qual se pertence. Também há diferenças de forma e de conteúdo: há quem sugira realizar a supervisão como uma aula do que se deve e do que não se deve fazer; outros, como o trabalho centralizado na transferência do terapeuta, e outros, uma combinação de ambos. Escutar em atenção flutuante, inferir interpretações, estimar a resistência-trabalho na transferência, o reconhecimento das linhas dinâmicas, *insight*, elaboração etc. Mas seja qual for a perspectiva, meu interesse ao começar a escrever sobre esse tema foi pensar sobre a função do analista, essa atividade íntima em que

é realizada a prática clínica psicanalítica, e na qual me parece que um ponto central é a sua necessidade como o lugar em que pode ser preservado o desejo do psicanalista.

Para a tarefa, comecei procurando nos dicionários a palavra *função*. Em dois deles, encontrei coisas interessantes. Por exemplo, do *Diccionario de la Real Academia Española* (2014), adoto duas de várias definições, a saber: 1) “Cada um dos usos de linguagem para representar a realidade, expressar os sentimentos do falante, incitar à atuação do ouvinte ou se referir metalinguisticamente a si mesmo” e 2) “relação entre dois conjuntos que atribui a cada elemento do primeiro um elemento do segundo, ou nenhum”.

Em relação à primeira, penso nesse Real impossível de ser representado em alguma das formas do falante e que, inevitavelmente, aparece ao apresentar um caso em supervisão, quando o que se faz é falar do caso, um caso que é relatado a outro, ou seja, uma ficção; o supervisor que testemunha o irredutível. O par, ou pares, aos que relata têm maior experiência, e isso que não pode ser dito é transmitido no dizer, no ato de relatar o que não pode ser dito. O que acontece com o que não pode ser dito? O que acontece com esse resto irredutível? De quem se fala quando se faz um relato, se cada prática é você mesmo em cada uma dessas vezes, sempre diferente?

Quanto à segunda definição, dentro da lógica das matemáticas, teria que dizer que não há supervisionando sem supervisor, não há analisante sem psicanalista, cada um com a sua história, com a sua prática, com a sua própria experiência do inconsciente. É uma relação entre dois que implica um terceiro. Essa terceiridade (termo cunhado por Peirce retomado por Green, 2004) se refere a que as coisas não podem ser feitas de qualquer modo; poderíamos dizer que é um recurso de um bem fazer. Essa terceiridade permite engendrar o que podemos chamar de *sentido*, ou seja: são necessários três para que exista a possibilidade de um sentido.

Seguindo Peirce (Hartshorne, Weiss & Burks, 1881, pp. 1931-1958), é necessária a presença de um “A” que, ao ser comparado com “B”, produza um efeito de sentido do que é “A”. E, ao relacioná-los, surge um meio-termo que aparece como terceiro e que faz com que a comparação se conserve e permita que a cadeia se constitua. Comparar “A” e “B” –julgar– implica uma antecipação em relação a uma verificação que está por vir. Enquanto escrevo isso, surge em minha cabeça o trabalho de pensar do *Proyecto de una psicología para neurólogos* (Freud, 1895/1991), que implica o processo de julgamento graças a uma diferença e que permite a emergência do *não*, que constrói a diferença e dá lugar ao desejo. E daí, ao novo, ao criativo, há apenas um passo.

Continuando com a minha busca, qual não foi a minha surpresa ao rastrear a origem da palavra no *Diccionario etimológico de la lengua latina* (Ernout & Meillet, 1979) e ver que era utilizada com uma dualidade em

sua construção: por um lado, como cumprir, ocupar-se de, de algo realizado, e às vezes empregado em oposição a fazer, no sentido de padecido, sofrido. Na época imperial, adquire o sentido de *defunctus*, usada em todos os tempos, conclusão de um processo, ocupar-se de algo até seu fim, liberar, salvar. Em Cícero, se utiliza como haver acabado a vida; Ovídio emprega *defuncta* como morrer, ser morto.

Faz sentido pensar no supervisor como “fingir-se de morto”. Lacan (1955/1966, pp. 311-348) fala do quarto termo para tratar da morte, e é através desse quarto que o terceiro serve de significante para fazê-lo significar, de forma que não há maneira de se identificar com ele; se fosse assim, seria uma impostura. Não há lugar do saber. Isso seria a função do supervisor; também fingir-se de morto para que se ilumine um lugar fora de sentido. Trataria-se de colocar-se à distância para que permita o reconhecimento ao Outro que não existe.

A tentação do supervisor é se historicizar como terceiro para ser modelo de identificação. Assim, Lacan (1953/1981) nos diz que a questão passa a ser que o supervisionado não ultrapasse seu ato, que cubra seu ato com seu narcisismo, e que, em vez de captar a dimensão do desejo em jogo, queira levar isso a um saber. A supervisão permite retificar a posição do sujeito ultrapassado por seu ato e retificar a orientação na cura. É aquela em que se desfaz toda ilusão de que houve uma comunicação. Ao final, seria aquela que sabe preservar, de boa maneira, o desejo do analista.

Referências

- Ernout, A., & Meillet, A. (1979). *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck.
- Freud, S. (1991). *Proyecto de una psicología para neurólogos y otros escritos*. Madri: Alianza Editorial. (Trabalho original publicado em 1895)
- Green, A. (2004). Thirdness and psychoanalytic concepts. *The Psychoanalytic Quarterly*, 73(1), 99-135.
- Guntrip, H. (1996). My experience of analysis with Fairbairn and Winnicott. *International Journal of Psychoanalysis*, 77, 739.
- Hartshorne, C., Weiss, P., & Burks, A. W. (Eds.). (1881). *Collected papers of Charles Sanders Peirce* (Vol. 1). Cambridge: Harvard University Press.
- Lacan, J. (1966). Variantes de la cura-tipo. In J. Lacan, *Escritos 1*. México: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (1981). *Los escritos técnicos de Freud*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1953)



Griselda Sánchez Zago*

A supervisão como função

* Sociedad Freudiana de la Ciudad de México.